

Saúde Da Mulher: Avanços E Desafios Em Políticas Públicas No Brasil

Anatalia Batista Dos Santos
Faculdade De Ciências Médicas Da Bahia

Lilia De Farias Monteiro Barbosa
Universidade Federal De Pernambuco - Ufpe

Alessandro Martins Ribeiro
Doutorando Em Saúde Coletiva Pela Universidade Federal Da Bahia, Campus Vitória Da Conquista, Bahia.

Cássia Mara Alexandrino Silva
Universidade Federal De Lavras - Ufla

Pedro Agnel Dias Miranda Neto
Universidade Federal Do Maranhão

Poliane Pestana Rodrigues Santos
Faculdade Laboro

Frank Oliveira Cavalcante
Uniplan - Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal

Nilma Amaral Andrade
Ucdb - Universidade Católica Dom Bosco.

Janaína Silveira Castro Bickel
Unimontes E Funorte

Resumo:

Este estudo teve como objetivo analisar os avanços e desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde da mulher no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando plataformas como Scielo, Scopus e Google Acadêmico, com palavras-chave específicas relacionadas ao tema. Os resultados revelaram avanços significativos, como a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e programas específicos, que contribuíram para a melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil. No entanto, persistem desafios importantes, como as disparidades de acesso aos cuidados de saúde, o estigma em torno da saúde sexual e reprodutiva e as desigualdades socioeconômicas. As políticas públicas têm potencial para promover mudanças significativas na vida das mulheres, garantindo serviços acessíveis e culturalmente sensíveis, bem como combatendo o estigma e promovendo a igualdade de gênero. Entretanto, é fundamental que governos, sociedade civil e comunidades continuem a trabalhar em conjunto para enfrentar essas desigualdades e garantir um futuro mais saudável e equitativo para todas as mulheres.

Palavras-chave: *Saúde da mulher; Política pública; Saúde.*

Date of Submission: 07-06-2024

Date of Acceptance: 17-06-2024

I. Introdução

A saúde da mulher é um campo fundamental que reflete tanto os avanços quanto os desafios das políticas públicas no Brasil. Nas últimas décadas, houve progressos significativos na promoção da saúde feminina, com a

implementação de programas e iniciativas voltadas para a prevenção, tratamento e acompanhamento de questões específicas relacionadas à saúde das mulheres. No entanto, apesar desses avanços, ainda existem desafios importantes que precisam ser enfrentados para garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde e promover o bem-estar integral das mulheres em todas as fases de suas vidas (Silva et al., 2021).

Um dos principais avanços nas políticas públicas de saúde da mulher no Brasil foi a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que garante o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde. Por meio do SUS, foram estabelecidos programas e políticas específicas para atender às necessidades das mulheres, incluindo ações de planejamento familiar, pré-natal, parto humanizado, prevenção e tratamento de doenças ginecológicas e câncer de mama e colo do útero. Essas iniciativas contribuíram significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil e para a redução da mortalidade materna e neonatal no país (Ferreira et al., 2020).

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos que precisam ser superados para garantir a efetivação do direito à saúde das mulheres no Brasil. Um dos principais desafios é a persistência de desigualdades sociais, econômicas e regionais no acesso aos serviços de saúde. Mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como aquelas que vivem em áreas rurais ou em condições de pobreza, enfrentam maiores dificuldades para acessar cuidados de saúde adequados, incluindo serviços de planejamento familiar, pré-natal e parto seguro (Santos; Corrêa, 2022).

Além disso, outro desafio importante é a necessidade de fortalecer e expandir os serviços de saúde sexual e reprodutiva, garantindo o acesso universal a métodos contraceptivos seguros e eficazes, bem como a informação e educação sobre saúde sexual e reprodutiva. O acesso à saúde reprodutiva é um direito fundamental das mulheres e é essencial para sua autonomia, liberdade e bem-estar. Investir em políticas e programas que promovam o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva é fundamental para garantir que as mulheres possam tomar decisões informadas sobre sua saúde e seu corpo (Negraes; Barba, 2020).

Os avanços e desafios em políticas públicas de saúde da mulher no Brasil refletem a complexidade e a importância desse campo. Apesar dos progressos alcançados, ainda há muito a ser feito para garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde e promover o bem-estar integral das mulheres. É fundamental que o governo, em parceria com a sociedade civil e outras partes interessadas, continue a investir em políticas e programas que fortaleçam os serviços de saúde da mulher e abordem as desigualdades que ainda persistem em nosso sistema de saúde (Ferreira et al., 2020).

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os avanços e desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde da mulher no Brasil.

II. Materiais E Métodos

Para conduzir esta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que consiste na busca, análise e síntese de informações disponíveis em diferentes fontes de literatura. Escolheu-se este tipo de pesquisa devido à sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema, permitindo a análise de diversos estudos e perspectivas.

O levantamento de busca foi realizado em plataformas renomadas como Scielo, Scopus e Google Acadêmico, além de repositórios brasileiros de acesso aberto. Essa abordagem garantiu a abrangência da pesquisa, possibilitando a identificação de artigos científicos, relatórios e documentos relevantes sobre políticas públicas de saúde da mulher no Brasil.

Durante o processo de busca, foram utilizadas palavras-chave específicas relacionadas ao tema, tais como "saúde da mulher", "políticas públicas", "desigualdades de gênero" e "acesso aos serviços de saúde". Utilizamos também operadores booleanos como AND e OR para refinar os resultados e aumentar a relevância das informações obtidas.

Após a coleta inicial de dados, foi realizada uma leitura flutuante dos títulos e resumos dos documentos identificados, visando selecionar aqueles que estivessem diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa. Em seguida, os artigos selecionados foram submetidos a uma leitura completa para uma análise detalhada de seu conteúdo.

Ao final do processo, uma amostra representativa de artigos científicos foi identificada e analisada em profundidade. Os resultados dessas análises foram utilizados para identificar os avanços e desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde da mulher no Brasil, contribuindo assim para o alcance do objetivo desta pesquisa.

III. Resultados E Discussões

Atenção à saúde da mulher: contextualização histórica

A história da atenção primária à saúde da mulher remonta a séculos atrás, mas ganhou maior atenção e desenvolvimento sistematizado principalmente a partir do século XX. Na antiguidade, práticas relacionadas à saúde da mulher estavam frequentemente ligadas à obstetrícia e à medicina tradicional. Mulheres eram

frequentemente cuidadoras de saúde em suas comunidades, usando ervas e conhecimentos transmitidos oralmente para tratar doenças e problemas relacionados à maternidade (Servo et al., 2020).

Com o advento da medicina moderna, especialmente durante o século XIX, surgiram avanços significativos no entendimento da fisiologia feminina e no tratamento de condições específicas das mulheres. No entanto, a atenção à saúde da mulher ainda era muitas vezes negligenciada em comparação com a saúde masculina. Foi somente no século XX que os esforços para melhorar a saúde da mulher começaram a ganhar impulso significativo (Silva et al., 2021).

O movimento feminista, juntamente com avanços na medicina e na saúde pública, destacou a importância de abordar as necessidades específicas das mulheres em termos de saúde. Durante o século XX, programas de planejamento familiar, exames de saúde preventivos, educação sexual e reprodutiva, bem como cuidados pré-natais e pós-natais, tornaram-se partes essenciais da atenção à saúde da mulher (Santos; Corrêa, 2022).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras organizações internacionais desempenharam papéis fundamentais na promoção de políticas e programas de saúde voltados para as mulheres em todo o mundo. No entanto, desafios persistentes permanecem, incluindo disparidades de gênero no acesso aos cuidados de saúde, estigma em torno de questões de saúde sexual e reprodutiva e desigualdades socioeconômicas que afetam a saúde das mulheres (Silva et al., 2021).

Portanto, a atenção primária à saúde da mulher continua sendo uma área de foco crucial para profissionais de saúde, formuladores de políticas e defensores dos direitos das mulheres em todo o mundo. O cuidado com a saúde da mulher é um aspecto crucial da atenção à saúde pública e envolve uma série de medidas preventivas, educativas e curativas direcionadas às necessidades específicas desse grupo populacional. A abordagem da atenção à saúde da mulher é multifacetada e abrange diversas áreas, desde a prevenção de doenças até o acompanhamento durante diferentes fases da vida, como a adolescência, a idade reprodutiva e a menopausa (Vasconcelos; Felix, 2017).

No Brasil, a atenção primária à saúde da mulher passou por um desenvolvimento significativo ao longo do século XX e início do século XXI. Durante décadas, o país enfrentou desafios relacionados à saúde materna e infantil, com altas taxas de mortalidade materna e infantil em algumas regiões. Para enfrentar esses desafios, o governo brasileiro implementou políticas e programas voltados para a promoção da saúde da mulher (Negraes; Barba, 2020).

Uma das iniciativas mais importantes foi a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983, durante o regime militar. O PAISM tinha como objetivo central promover a saúde reprodutiva e sexual das mulheres, garantindo acesso a serviços de planejamento familiar, pré-natal, parto humanizado e atenção pós-parto. Essa iniciativa contribuiu significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil no país (Negraes; Barba, 2020).

Além do PAISM, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1988, garantiu o acesso universal aos serviços de saúde, incluindo os voltados para a saúde da mulher. A implementação do SUS expandiu o acesso a exames preventivos, consultas ginecológicas, métodos contraceptivos e tratamentos para doenças ginecológicas e obstétricas (Santos; Corrêa, 2022).

Outra medida importante foi a introdução do Programa de Saúde da Família (PSF), posteriormente transformado em Estratégia Saúde da Família (ESF), que prioriza a atenção primária e a promoção da saúde. Por meio dessa estratégia, equipes de saúde visitam as comunidades, oferecendo cuidados preventivos, educação em saúde e acompanhamento longitudinal, incluindo a saúde da mulher (Silva et al., 2021).

Desafios e avanços nas políticas públicas em saúde da mulher

Desafios e avanços nas políticas públicas em saúde da mulher têm sido temas centrais na busca por melhorias significativas na qualidade de vida e bem-estar das mulheres em todo o mundo. Um dos principais desafios enfrentados é a persistência das disparidades de gênero no acesso aos cuidados de saúde. Mulheres em áreas rurais, de baixa renda ou pertencentes a grupos minoritários enfrentam obstáculos adicionais para obter serviços essenciais de saúde (Ferreira et al., 2020).

Em áreas rurais, por exemplo, as mulheres muitas vezes enfrentam a falta de infraestrutura de saúde adequada, incluindo hospitais, clínicas e profissionais de saúde qualificados. Isso pode resultar em dificuldades para acessar serviços de cuidados pré-natais, parto seguro, exames de saúde preventivos e tratamento para condições de saúde crônicas (Ferreira et al., 2020).

Além disso, mulheres de baixa renda frequentemente enfrentam desafios financeiros ao acessar cuidados de saúde, incluindo o custo de consultas médicas, medicamentos e procedimentos médicos. Esse fator econômico pode levar muitas mulheres a adiar ou evitar buscar tratamento para problemas de saúde, o que pode levar a complicações posteriores e impactar negativamente sua qualidade de vida (Ferreira et al., 2020).

As mulheres pertencentes a grupos minoritários também enfrentam desafios únicos no acesso aos cuidados de saúde, muitas vezes devido a barreiras culturais, linguísticas ou sociais. Isso pode incluir a falta de

serviços de saúde culturalmente sensíveis, discriminação por parte de profissionais de saúde ou falta de acesso a informações sobre saúde em sua própria língua ou contexto cultural (Negraes; Barba, 2020).

Ressalta-se, ainda, como um outro desafio, o estigma em torno da saúde sexual e reprodutiva continua a ser uma barreira significativa, dificultando o acesso a informações precisas sobre contracepção, planejamento familiar e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Esse estigma pode levar a consequências negativas, como gravidezes indesejadas e o aumento do risco de infecções (Santos; Corrêa, 2022).

Em muitas sociedades, a discussão aberta sobre questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva é considerada tabu ou inadequada, o que pode levar à falta de educação adequada sobre contracepção, planejamento familiar e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Como resultado, as mulheres podem não ter acesso às informações necessárias para tomar decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva e sexual (Santos; Corrêa, 2022).

O estigma também pode levar à discriminação e ao julgamento por parte de profissionais de saúde, o que pode fazer com que as mulheres evitem buscar cuidados de saúde ou se sintam desconfortáveis ao fazê-lo. Isso pode resultar em atrasos no diagnóstico e tratamento de condições de saúde, bem como na falta de acesso a serviços de prevenção, como testes de DSTs e aconselhamento sobre métodos contraceptivos (Servo et al., 2020).

Uma das consequências mais graves do estigma em torno da saúde sexual e reprodutiva é o aumento do risco de gravidezes indesejadas e infecções. Sem acesso adequado a contraceptivos eficazes e informações sobre como usá-los corretamente, as mulheres correm o risco de engravidar quando não desejam, o que pode ter consequências físicas, emocionais e sociais significativas. Além disso, a falta de educação sobre prevenção de DSTs pode levar a taxas mais altas de infecções, incluindo HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (Jorge et al., 2015).

Outro desafio é a persistência das desigualdades socioeconômicas, que têm um impacto profundo na saúde das mulheres. Mulheres em situação de pobreza muitas vezes enfrentam condições precárias de vida, têm acesso limitado a serviços de saúde de qualidade e enfrentam dificuldades para cuidar de sua própria saúde e do bem-estar de suas famílias (Servo et al., 2020).

Em primeiro lugar, as condições precárias de vida enfrentadas por mulheres em situação de pobreza podem incluir habitações inadequadas, falta de acesso a água limpa e saneamento básico, além de ambientes poluídos e insalubres. Esses fatores ambientais têm um impacto direto na saúde das mulheres, aumentando o risco de doenças infecciosas, respiratórias e crônicas (Silva et al., 2021).

As mulheres em situação de pobreza frequentemente enfrentam acesso limitado a serviços de saúde de qualidade. Isso pode ser devido à falta de infraestrutura de saúde em áreas carentes, custos proibitivos de cuidados médicos ou falta de transporte para chegar aos serviços de saúde disponíveis. Como resultado, muitas mulheres adiam ou evitam buscar tratamento para problemas de saúde, o que pode levar a complicações sérias e agravamento de condições médicas (Silva et al., 2021).

A falta de recursos financeiros também pode criar barreiras adicionais para o acesso a medicamentos, exames diagnósticos e tratamentos adequados. Mulheres em situação de pobreza podem não ser capazes de arcar com os custos de medicamentos prescritos ou procedimentos médicos, o que pode comprometer sua saúde a longo prazo (Servo et al., 2020).

Não obstante, as mulheres em situação de pobreza muitas vezes têm responsabilidades familiares e domésticas adicionais, o que pode limitar ainda mais sua capacidade de cuidar de sua própria saúde. A falta de tempo, energia e apoio social pode dificultar a busca por cuidados de saúde preventivos e o autocuidado, resultando em problemas de saúde não detectados ou não tratados (Vasconcelos; Felix, 2017).

No entanto, houve avanços significativos nas políticas públicas voltadas para a saúde da mulher. Muitos países implementaram legislação e políticas destinadas a proteger e promover a saúde das mulheres, incluindo leis que garantem acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e proteção contra a violência de gênero e discriminação (Jorge et al., 2015).

Os países têm adotado leis e políticas que garantem o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, incluindo contracepção, planejamento familiar, cuidados pré-natais, parto seguro e acesso a aborto seguro e legal em circunstâncias específicas. Essas políticas visam garantir que as mulheres tenham controle sobre sua própria saúde reprodutiva e possam fazer escolhas informadas sobre a maternidade e a paternidade (Ferreira et al., 2020).

Além disso, programas específicos de saúde da mulher têm sido desenvolvidos e implementados em várias partes do mundo. Iniciativas como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) no Brasil têm sido fundamentais para melhorar o acesso a serviços abrangentes, como planejamento familiar, pré-natal, parto humanizado e prevenção e tratamento de doenças ginecológicas (Negraes; Barba, 2020).

A educação em saúde também desempenha um papel crucial nos avanços na saúde da mulher, por meio de campanhas de conscientização sobre temas como prevenção de doenças, saúde sexual e reprodutiva, e cuidados pré e pós-natais. Esses esforços combinados representam passos importantes na direção de garantir que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, independentemente de sua origem ou situação socioeconômica (Santos; Corrêa, 2022).

IV. Conclusão

Em suma, os desafios e avanços nas políticas públicas em saúde da mulher refletem uma jornada complexa e contínua em direção à igualdade de gênero e ao bem-estar feminino em todo o mundo. Ao abordar questões como disparidades de acesso, estigma em torno da saúde sexual e reprodutiva e desigualdades socioeconômicas, essas políticas têm o potencial de promover mudanças significativas na vida das mulheres.

As disparidades de gênero no acesso aos cuidados de saúde, especialmente para mulheres em áreas rurais, de baixa renda e pertencentes a grupos minoritários, destacam a urgência de políticas que garantam serviços de saúde acessíveis e culturalmente sensíveis. Além disso, o combate ao estigma em torno da saúde sexual e reprodutiva é essencial para capacitar as mulheres a tomarem decisões informadas sobre sua saúde e bem-estar.

Os avanços nas políticas públicas, incluindo legislação que garante acesso universal a serviços de saúde reprodutiva e proteção contra a violência de gênero, representam conquistas significativas na promoção da saúde das mulheres. Programas específicos de saúde da mulher e iniciativas de educação em saúde também desempenham um papel fundamental na melhoria do acesso a cuidados de saúde de qualidade.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há muito a ser feito para enfrentar as profundas desigualdades que afetam a saúde das mulheres em todo o mundo. É crucial que os governos, organizações da sociedade civil e comunidades continuem a trabalhar juntos para implementar políticas e programas que promovam a igualdade de gênero e garantam que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde dignos e respeitosos, independentemente de sua origem ou situação socioeconômica. Somente assim poderemos construir um futuro mais saudável e equitativo para todas as mulheres.

Referências

- [1]. Ferreira, V. C. Et Al. Saúde Da Mulher, Gênero, Políticas Públicas E Educação Médica: Agravos No Contexto De Pandemia. Revista Brasileira De Educação Médica, 2020.
- [2]. Jorge, H. M. F. Et Al. Assistência Pré-Natal E Políticas Públicas De Saúde Da Mulher: Revisão Integrativa. Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde, V. 28, N. 1, P. 140–14, 2015.
- [3]. Negraes, F. C.; Barba, M. L. A Qualidade Da Atenção À Saúde Da Mulher No Brasil A Partir Do Pmaq-Ab. Brazilian Journal Of Development, Curitiba, V.8, N.5, P.36346-36372, May., 2022
- [4]. Santos, C. S.; Corrêa, G. S. Dificuldade No Acesso E Uso Das Redes De Apoio E Atendimento À Mulher Durante A Pandemia Da Covid-19. Revista Docência E Ciberultura, V. 6, N. 2, 2022.
- [5]. Servo, L. M. S. Et Al. Financiamento Do Sus E Covid-19: Histórico, Participações Federativas E Respostas À Pandemia. Saúde Debate, V. 44, N. 4, 2020.
- [6]. Silva, A. L. M. Et Al. Os Impactos No Pré-Natal E Na Saúde Mental De Gestantes Durante A Pandemia De Covid-19: Uma Revisão Narrativa. Revista Eletrônica Acervo Científico, V. 34, P. E8633, 19 Ago. 2021.
- [7]. Vasconcelos, M. F.; Felix, J.; Gatto, G. M. S. Saúde Da Mulher: O Que É Poderia Ser Diferente?. Psicologia Política, V. 17, N. 39. Pp. 327-339, 2017.